

3 — No caso de se verificar um atraso em relação aos prazos referidos no n.º 1, a ajuda será paga mediante uma redução de 5% se o atraso for até um mês e de 10% se o atraso for até dois meses.

4 — Se o atraso, em relação aos prazos referidos no n.º 3, for superior a dois meses, não haverá lugar a qualquer pagamento.

5 — O pagamento é efectuado pelo INGA às entidades requerentes, no prazo de quatro meses a contar da data de apresentação do pedido.

12.º O INGA, directamente ou através das entidades por si indicadas, procederá à fiscalização e conferência, ao nível das entidades requerentes, dos centros de área educativa, agrupamentos/delegações escolares e estabelecimentos de ensino, de todos os documentos que se lhe afigurem como comprovativos da distribuição do leite e produtos lácteos objecto de ajuda, de modo que o produto utilizado não seja desviado do fim a que se destina e que o montante a pagar esteja de acordo com as quantidades efectivamente consumidas.

13.º Sem prejuízo das normas estabelecidas pelas DRE, no continente, o GGCO, na Região Autónoma da Madeira, e o FRASE, na Região Autónoma dos Açores, o INGA estabelecerá o suporte administrativo que permita, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, efectuar os controlos previstos no número anterior, podendo, para o efeito, solicitar o preenchimento de documentos comprovativos especificamente aprovados para esse fim.

14.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Em 18 de Março de 2002.

O Ministro das Finanças, *Guilherme d'Oliveira Martins*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Luís Manuel Capoulas Santos*. — O Ministro da Educação, *Júlio Domingos Pedrosa da Luz de Jesus*.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

### Portaria n.º 399/2002

de 18 de Abril

O Decreto-Lei n.º 313/2001, de 10 de Dezembro, alterou o Decreto-Lei n.º 538/99, de 13 de Dezembro, modificando as regras aplicáveis à produção combinada de calor e electricidade, abreviadamente conhecida por co-geração. A execução de algumas das disposições estabelecidas requer a medição de determinadas variáveis, sendo objecto desta portaria a respectiva regulamentação.

Os exames periódicos e as auditorias previstas no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 538/99, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 313/2001, visam a verificação do valor do rendimento eléctrico equivalente, REE, definido no artigo 4.º do mesmo diploma.

Paralelamente, para recolha da informação a prestar à Direcção-Geral da Energia, existe a necessidade da medição em contínuo e registo dos quantitativos de E, T, C e  $C_R$ , definidos no mesmo artigo 4.º, nos termos do artigo 21.º do mesmo diploma.

Adicionalmente, a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 313/2001 ao artigo 7.º do Decreto-Lei

n.º 538/99, atribui ao co-gerador a possibilidade de decidir se o tarifário de venda de energia eléctrica ao Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP), se aplica à totalidade da produção líquida da central, ou apenas à diferença entre esse valor e o consumo eléctrico dos consumidores fisicamente ligados à instalação de co-geração, caso existam. O exercício desta opção condiciona a localização do equipamento de medição de energia eléctrica, considerada vendida ao SEP, proveniente da instalação de co-geração.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 538/99, de 10 de Dezembro, relativamente ao estabelecimento e exploração das instalações de co-geração, manda o Governo, pelo Ministro da Economia, o seguinte:

1.º Para a realização dos exames ou auditorias previstas no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 538/99, de 13 de Dezembro, bem como para a prestação da informação prevista no artigo 21.º do mesmo diploma, as instalações de co-geração devem estar equipadas com aparelhos de medição em contínuo para as variáveis necessárias ao cálculo do rendimento eléctrico equivalente (REE), por forma a obter o registo periódico dos valores acumulados.

2.º Os aparelhos de medição a utilizar deverão ser de modelo aprovado e verificados, conforme o estabelecido na legislação referente a controlo metrológico, devendo a informação histórica actualizada estar acessível em qualquer altura à fiscalização e aos auditores.

3.º Quando a instalação de algum, ou alguns, daqueles aparelhos não for técnica ou economicamente viável, ou, ainda, se o valor da variável puder ser calculado por diferença, poderão ser obtidos valores por via indirecta, desde que aceites pela Direcção-Geral da Energia (DGE).

4.º Caso não seja viável a medição directa de C e ou  $C_R$ , será aceitável o seu cálculo através da energia eléctrica produzida (E) e, se necessário, da energia térmica consumida (T), bem como do consumo específico estabelecido nos ensaios de recepção da instalação de co-geração.

5.º O equipamento de medição da energia eléctrica considerada vendida ao SEP, adiante designado por equipamento de medição da co-geração, deverá possuir todas as características técnicas requeridas para a medição dos parâmetros necessários à aplicação do tarifário definido nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 538/99, de 13 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 313/2001, de 10 de Dezembro, bem como respeitar as disposições do Regulamento de Relações Comerciais, referentes aos equipamentos de medição e à medição, que lhe sejam aplicáveis.

6.º Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 538/99, de 13 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 313/2001, de 10 de Dezembro, o co-gerador pode optar por:

- a) Vender ao SEP toda a energia eléctrica produzida pela instalação de co-geração, excluindo os consumos nos sistemas auxiliares internos de produção energética;
- b) Vender ao SEP a energia eléctrica excedente, após satisfeitos os consumos das entidades que lhe estejam electricamente interligadas.

7.º As instalações de co-geração que solicitem o licenciamento eléctrico à DGE numa data posterior à da

assinatura da presente portaria, e que pretendam optar pelo estipulado na alínea *a*) do número anterior, deverão dispor de uma ligação à rede do SEP que seja independente do consumidor ou consumidores de energia térmica associados.

8.º Quaisquer alterações ao disposto no número anterior, designadamente para permitir a instalação de uma potência superior à potência de ligação que for estabelecida, por um valor adicional que não exceda a potência contratada pelo consumidor ou consumidores de energia térmica associados, deverão ser acordadas previamente com a entidade do SEP e obter a aprovação da DGE.

9.º A valorização da energia eléctrica produzida pelo co-gerador, na parte que respeite à energia efectivamente injectada na rede, deverá ser ponderada por intermédio de um coeficiente de ajustamento para perdas.

10.º A determinação do coeficiente traduzindo as perdas, bem como o estabelecimento das regras práticas para implementação do processo descrito no número anterior, será feito por despacho do director-geral da Energia.

11.º Nas instalações de co-geração já licenciadas, ou com pedido de licenciamento entregue na DGE à data da assinatura da presente portaria, o sistema de contagem da co-geração terá uma das seguintes localizações:

- a) No caso da alínea *a*) do n.º 6.º, imediatamente a jusante da central de co-geração;
- b) No caso da alínea *b*) do n.º 6.º, no ponto de ligação do conjunto das entidades interligadas à rede do SEP.

12.º A medição da energia eléctrica fornecida às entidades electricamente interligadas, incluindo ao co-gerador, que seja proveniente do SEP e ou do Sistema Eléctrico não Vinculado (SENV), continuará a ser efectuada nos termos das disposições aplicáveis do Regulamento de Relações Comerciais.

13.º Em situações nas quais o disposto no n.º 7.º origine dúvidas quanto ao seu cumprimento, deverá ser proposta à DGE, de forma devidamente justificada, uma solução alternativa.

14.º Os co-geradores, já licenciados à data de entrada em vigor da presente portaria, que pretendam escolher a opção constante da alínea *a*) do n.º 6.º do presente diploma, deverão apresentar à DGE, para efeitos de aprovação, o projecto das alterações contendo:

- a) A nova localização do equipamento de medição da co-geração;
- b) A delimitação das instalações eléctricas que ficam sob a responsabilidade do co-gerador e da entidade, ou das entidades interligadas, considerando o disposto no Regulamento da Rede de Transporte e no Regulamento da Rede de Distribuição.

15.º Os encargos decorrentes das alterações referidas no número anterior serão da responsabilidade do co-gerador, competindo à entidade do SEP à qual o co-gerador está ligado, autorizar, no prazo de 15 dias úteis, a mudança de localização do equipamento de medição da co-geração.

Pelo Ministro da Economia, *Eduardo Guimarães de Oliveira Fernandes*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, em 19 de Março de 2002.

### Despacho Normativo n.º 24/2002

O Plano de Consolidação do Turismo, criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2002, de 27 de Dezembro de 2001, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 20, de 24 de Janeiro de 2002, integra, entre outros instrumentos de apoio, o Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo (PIQTUR), que vigora até ao termo do ano 2004.

Nos termos do n.º 7 da referida Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2002, a regulamentação dos diferentes subprogramas que materializam o PIQTUR é objecto de despachos normativos do Ministro da Economia.

Através do presente diploma regulamenta-se o subprograma n.º 3 do PIQTUR («Emprego e Formação»), que permite às entidades promotoras e beneficiárias suportar custos emergentes dos projectos conducentes à concretização dos objectivos previstos no referido subprograma.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2002, de 27 de Dezembro de 2001, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 20, de 24 de Janeiro de 2002, determino:

1 — É aprovado o Regulamento de Execução das Medidas n.ºs 3.1, «Formação Inicial e Contínua», 3.2, «Certificação Profissional», 3.3, «Investigação e Desenvolvimento da Formação Profissional», 3.4, «Valorização das Profissões Turísticas», e 3.5, «Cooperação e Assistência Técnica», do Subprograma n.º 3, «Emprego e Formação», do Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo (PIQTUR), integrado no Plano de Consolidação do Turismo criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2002, de 27 de Dezembro de 2001.

2 — O regime de concessão de apoio financeiro que ora se aprova vigora no período 2002-2004, inclusive.

3 — O Subprograma n.º 3 do PIQTUR dispõe de cobertura orçamental até ao montante máximo de € 29 000 000, assegurado através das dotações resultantes da prorrogação do prazo de vigência dos contratos de concessão das zonas de jogo.

4 — O Regulamento a que se referem os n.ºs 1 e 2 é publicado em anexo ao presente diploma e dele fazem parte integrante.

5 — O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Ministério da Economia, 15 Março de 2002. — O Ministro da Economia, *Luís Garcia Braga da Cruz*.

#### ANEXO I

**REGULAMENTO DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS N.ºS 3.1, «FORMAÇÃO INICIAL E CONTÍNUA», 3.2, «CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL», E 3.5, «COOPERAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA», DO SUBPROGRAMA N.º 3, «EMPREGO E FORMAÇÃO», DO PROGRAMA DE INTERVENÇÕES PARA A QUALIFICAÇÃO DO TURISMO.**

#### Artigo 1.º

##### Objecto

1 — O presente Regulamento tem por objecto a definição da comparticipação dos custos em que, no exercício das competências que lhe estão cometidas pela sua Lei Orgânica, o Instituto de Formação Turística (INFTUR) incorre na execução das medidas n.ºs 3.1, «Formação inicial e contínua», 3.2, «Certificação pro-